

ELES ACREDITARAM NO BRASIL

TAXA PAGA
AUTORIZAÇÃO Nº
ECT DR S. C.

ROLANDO MISSFELDT - Caixa Postal,



Blumenau em campos

150 anos da imigração alemã

CANTO DOS COOPERADORES

**Esta publicação pode sobreviver
graças à generosa contribuição dos
seguintes cooperadores**

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos - Blumenau
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A. - Blumenau
Tabacos Blumenau S/A. - Blumenau
Indústria Têxtil Companhia Hering - Blumenau
Artex S/A. - Blumenau
Cia. Comercial Schrader S/A. - Blumenau
Prefeitura Municipal de Blumenau
Companhia de Cigarros Souza Cruz - Blumenau
Artur Fouquet - Blumenau
Georg Traeger - Blumenau
Electro Aço Altona S/A. - Blumenau
Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A. - Blumenau
Fundação Teófilo Zadrozny - Blumenau
Felix Hauer - Curitiba
Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro
Fritz Kuehnrich - Blumenau
Armen Mamigonian - Presidente Prudente S. P.
Companhia Industrial Schlösser S/A. - Brusque
Tecelagem Kuehnrich S/A. - Blumenau
Malharia Blumenau S/A. - Blumenau
Gráfica 43 S/A. - Ind. e Com. - Blumenau
Consulado Alemão - Blumenau
Dr. Jucy Varela - Caçador

Blumenau

em Ladernos

T O M O X V

NOVEMBRO DE 1974

Nº. 11

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e o Sesquicentenário da Imigração Alemã no Sul do Brasil

O Professor Egon Schaden, pronuncia brilhante oração na 27ª. Sessão Extraordinária Solene, da 4ª. Sessão Legislativa da 7ª. Legislatura, em 5 de agosto de 1974.

O Sr. Egon Schaden — Exmo. sr. deputado Salvador Julianelli, dd. Presidente da Assembléia Legislativa; exmo. sr. dr. Ciro Albuquerque, dd. Secretário do Trabalho, representando s. excia. o sr. governador do Estado, dr. Laudo Natel; exmo. sr. Dom Ernesto de Paula, representando s. eminência reverendíssima D. Paulo Evaristo Arns, dd. Cardeal Arcebispo de São Paulo; exmo. sr. Josef Reufels, dd. cônsul Geral da Alemanha e exma. sra; exmo. sr. Otto Heller, dd. cônsul Geral da Austria; exmo. sr. dr. Josef Anton Graf, dd. cônsul Geral da Suíça; srs. secretários de Estado, nobres deputados, autoridades civís, militares e eclesiásticas; srs. membros da Comissão Executiva das Comemorações, minhas senhoras, meus senhores.

Serei breve. O que me cabe dizer posso dizer-lo em poucas palavras e sem retórica. Embora avesso a discursos formais e esquivo em situações solenes, aceitei sem hesitação o encargo de vir a esta Assembléia para, em nome de alguns milhões de teuto-brasileiros, agradecer esta manifestação de reconhecimento aos nossos antepassados. Assistimos, srs. deputados, a um fato inédito. É a primeira vez, ao que me consta, na história da Assembléia Legislativa de São Paulo, que se dedica uma sessão especial aos imigrantes de cultura alemã.

Paga-se hoje uma velha dívida de gratidão aos nossos maiores, a homens e mulheres que souberam retribuir, com fé, com ânimo, com idealismo e persistência, a acolhida que o Brasil lhes dera. A homens e mulheres de fibra, que ajudaram a construir esta Nação e que demonstraram, com seu exemplo, que basta acreditar no Brasil para vencer.

Em nome deles, nós, os brasileiros de origem alemã, aceitamos a homenagem. Aceitamo-la porque é justa. Aceitamo-la com humildade e, também, com orgulho. Com humildade, porque seria absurda e ridícula a mais leve concessão à vanglória ou à bravata. Com orgulho, porque afinal somos nós os descendentes dos imigrantes a que se rende este preito. E se consideramos merecido o preito que se lhes tributa, é porque sem o sacrifício desses pioneiros — muitos deles rudes camponeses ou modestos artesãos — uma parte considerável do Brasil não seria hoje o que é e não teria as perspectivas de futuro, cada vês mais promissoras, que apresenta.

Quero crer que com esta homenagem se faz justiça, também, aos cidadãos brasileiros de origem teuta — e, por extensão aos filhos, netos e bisnetos de outros imigrantes — a gerações de brasileiros que, levando avante a obra e o compromisso que herdaram, têm cumprido e vêm cumprindo a sua tarefa no desenvolvimento econômico e na vida cultural do país.

Quero crer que a comemoração de hoje deixa bem claro que já não há lugar para a ideia de serem os descendentes de imigrantes menos brasileiros do que outros, cidadãos de segunda categoria, à margem da comunidade nacional, menos leais e menos concientes de suas obrigações. Tivemos o infortúnio de atravessar períodos turbulentos da história, propícios a um clima psicológico em que germinava a semente da desconfiança. Muitos de nós viveram dias difíceis e passaram por duras provas. Duras e amargas mas não obstantes salutares, de que, com a graça de Deus, saíram vencedores e que lhes deram ensejo para provar que a sua lealdade ao Brasil não fica nada a dever a dos demais. Hoje todos reconhecem que o filho do imigrante sabe merecer o privilégio de ser brasileiro.

Os que vieram deixaram tudo atrás de si, menos a vontade de construir a sua vida com a benção de Deus e com o esforço próprio. Traziam na mente a imagem de um futuro melhor, de uma prosperidade que a pátria lhes negara, de uma vida livre que jamais haviam conhecido. Vinham com o pensamento voltado para um futuro que era um enigma e que seria o que dele fizessem com o trabalho de suas mãos, mais para os seus filhos do que para si próprios. Inúmeras vezes foram descritas, em prosa e verso, a sua angústia e a sua firme esperança de vencer. Vinham dominar a mata virgem, que nunca tinham visto, ou — os que rumavam para as cidades — competir num ambiente social desconhecido, onde se falava uma língua que não entendiam e onde vigoravam costumes estranhos.

Dizemos que cortaram as amarras. Mas jamais se cortam todas as amarras. Estava arraigada na personalidade de cada um a cultura de origem, língua, as crenças religiosas, os valores éticos, as atitudes mentais e emocionais, os critérios para migrar o que é certo e o errado, o que é belo e feio, justo e injusto, tudo o que constitui a maneira de ser de um povo. E era com as armas dessa cultura que deviam resolver os problemas que enfrentavam. Muito do que haviam aprendido não lhes servia na pátria nova, tão diferente da terra natal. A começar pelas técnicas agrícolas, pelas plantas de cultivo, pelos hábitos alimentares, tiveram de substituir aos poucos os seus modos de trabalhar e de viver. Tanto mais se apegavam àqueles aspectos da cultura de origem que lhe davam uma base para a existência comunitária e o espírito da solidariedade indispensável à vitória sobre a pobreza e à própria sobrevivência. Resistiam ao sacrifício de sua identidade étnica e tudo o que a simbolizasse era um valor sagrado. O principal desses símbolos não podia ser outro senão a língua materna.

Surgiu assim o que às vezes se chamou de Pequena Alemanha encravada em nosso território, algo ofensivo aos brios de muitos brasileiros de velha estirpe, entre eles alguns jacobinos que tinham apenas uma idéia vaga do que eram es colônia do sul. Já o termo colônia sugeria aos mais timoratos perigosas pretensões de conquista. Ora, bastam alguns rudimentos de sociologia, de antropologia e talvez de história para se compreender a situação cultural que se criou nas áreas coloniais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e Paraná e que deu origem a muitos atritos. Sabemos todos que os problemas culturais nunca se resolvem a curto prazo, que é preciso dar tempo ao tempo e que as interferências súbitas apenas os agravam.

Aliás, a história da cultura luso-brasileira mostra ter ela um grande poder de impor-se a outras e que são infundados os receios de que venha a ser suplantada em qualquer parte do território nacional. E, mais, que é capaz, como poucas, de enriquecer-se com elementos de outra procedência.

Já ninguém desconhece que a população teuto-brasileira, cada vês mais numerosa, se integrou na sociedade nacional, e isto sem perder as suas características inconfundíveis. Integrou-se em tal medida que seria injusto considerá-la alheia à vida e aos interesses do povo brasileiro em geral. •Nós, os teuto-brasileiros, não somos, é claro, de velha estirpe. Tanto mais nos orgulhamos da homenagem com que hoje se honram os nossos pais e avós. Os de velha estirpe já são brasileiros por tradição, nós o somos por convicção. Nem por isso precisamos renegar, sem mais nem menos, o legado cultural dos nossos avós.

A tradição brasileira é contrária ao pluralismo de culturas. Mas sempre aceitou a contribuição de outros povos. É deste ponto de vista que se há de julgar o papel dos imigrantes alemães e de seus descendentes. É de todos conhecido o que fizeram pelo progresso do Brasil. Seria fastidioso enumerar empresas agrícolas, industriais e comerciais por eles criadas ou descrever a obra de cientista, artistas educadores e outras personalidades, que trabalharam pela cultura nacional. Quero insistir em um aspecto apenas. Os territórios desbravados pelos colonos não representam nenhuma quebra da unidade cultural do Brasil, não são menos brasileiros do que, digamos, a Bahia ou Mato Grosso. Unidade não quer dizer uniformidade, o que, aliás, seria inconseível para um país da extensão territorial do nosso. A cultura do Brasil, manifesta a sua riqueza em múltiplas expressões regionais. E uma dessas expressões se nos depara nas áreas ocupadas pelos colonos alemães, que levam e hão de levar por muito tempo a marca das tradições trazidas e cultivadas pelos imigrantes.

Na medida em que se integram na sociedade urbana os imigrantes e seus filhos têm de competir com os cidadãos de outras origens na luta econômica e social. A vitória depende da formação de sua personalidade, de seus conhecimentos profissionais e de uma sólida cultura geral. Desta faz parte, no mundo de hoje, o domínio de línguas estrangeiras. Não se há de estranhar, pois, que o imigrante se empenhe por que os seus filhos aprendam o idioma dos antepassados e que nas escolas por ele fundadas, que de qualquer modo serão sempre brasileiras, se procure dar a necessária importância ao seu ensino.

Srs. deputados! Ao terminar, reitero os profundos agradecimentos, de que sou portador e peço vênica para assegurar-lhe que os imigrantes alemães e seus descendentes têm plena consciência de seu compromisso para com o Brasil.

EUSÉBIO E O CONTESTADO

C. GAERTNER

Eusébio Ferreira dos Santos foi a figura central no preparo dos acontecimentos que degeneraram na sangrenta e inglória Campanha do Contestado. Era paranaense, natural de Agudos, município de São José dos Pinhais. Veio para Santa Catarina por volta de 1878, adquirindo uma boa área de terras no município de Curitibaanos. Ajudou seu visinho, compadre e amigo, Manuel Alves de Assumpção Rocha, figura patriarcal de barbas a Pedro II, a fundar o arraial de Perdizes Grandes, rebatizado para São Sebastião da Boa Vista, pois de lã, com tempo claro, avistam-se as serranias do rio do Peixe. Era um homem simples, honesto, virtuoso, trabalhador e profundamente religioso.

O tenente Herculano Teixeira de Assumpção fez-lhe a mais merecida justiça quando dele escreveu, em 1917: — “Eusébio Ferreira dos Santos, exemplar chefe de família, era um homem bafejado pelas auras da fortuna. — Era um bom, prestativo e caridoso. Pobre na sua mocidade, somente obteve os sólidos recursos pecuniários de que era possuidor, com um esforço nobre e perseverante. Na lida do comércio a que se entregara por longos anos, angariou um nome respeitado, granjeando as melhores amizades. Os seus filhos, educados nessa escola do trabalho e do dever, seguiam as pegadas do pai. — Mas a sua boa fé inimitável, a sua grande crença religiosa, a sua arraigada superstição e a sua fraqueza de espírito desviaram-no do caminho reto que, com dignidade palmilhava. O velho Eusébio, desde que viu o peregrino João Maria, tornou-se um crente incondicional da sua santidade. Esse seu procedimento arrastou, para tão absurda crença, parentes e numerosos amigos seus. — José Maria, ainda com maior força sobre o seu espírito, pôde, cegamente, contar com o antigo e acatado negociante.” (A Campanha do Contestado. Vol. I. Pág. 229/30).

Descrito por essa forma, parece-nos incrível que um homem com essas virtudes tenha se deixado conquistar por idéias tão estranhas. Para compreendê-lo, precisamos penetrar no ambiente que o cercava. Eusébio sabia ler e escrever. Apenas isso. Querubina, sua mulher, sofria de ataques convulsivos, parecendo, olhado da distância de tantos anos, que se tratava da “morbus sacer” — a epilepsia. Ele veio para o sertão catarinense há mais de um século e, como hoje ainda existem centenas de municípios brasileiros sem médico, naquela época, ressaltada Lages, em todo o planalto não havia mais nenhum. São João Maria, o curandeiro, já havia desaparecido. Como todo bom marido, Eusébio procurava não contrariar a esposa doentia, satisfazendo-lhe os caprichos na medida do possível e, como é natural, ela passou a ter sobre ele uma poderosa e abusiva ascendência. Sua nevrose e sua ignorância criavam-lhe um mundo mental desviado da realidade. Suas convulsões surgiam periodicamente, perturbando o bem estar da família.

Quando correu a notícia de que José Maria, pseudo irmão de

São João Maria, se encontrava no Faxinal dos Padilhas, na fazenda de Francisco de Almeida, município de Campos Novos, curando doentes, entre os quais a própria esposa do fazendeiro, desenganada pelos médicos das cidades que a sua fortuna permitira consultar, Eusébio e seus amigos desejaram ter também a visinhança do curandeiro taumaturgo. Como se aproximava a festa religiosa de Bom Jesus, combinaram os interessados e formaram uma comissão, composta de Eusébio, Assumpção Rocha, Praxedes Gomes Damasceno e Francisco Paes de Farias, que foi a Campos Novos convidar o monge para a festa que se realizaria em Taquaruçu a 8 de agosto de 1912. O monge aceitou o convite e, montado num cavalo branco da mais bela estampa, que lhe fora presenteado por um doente curado e agradecido, entre homens, mulheres e crianças que não queriam mais abandoná-lo, seguiram para Taquaruçu.

x x x

Acontecia, entretanto, que as terras de Taquaruçu onde se processava o ajuntamento pertenciam ao tenente-coronel Henrique Paes de Almeida Junior, chefe da oposição municipal contra o Superintendente, coronel Francisco Ferreira de Albuquerque e houve, efetivamente, a intenção do aproveitamento dessa reunião para dar nova intensidade ao movimento oposicionista. Henrique de Almeida, os irmãos Sampaio, José Knoll, Paulino Pereira e outros procuraram orientar o movimento surgente contra Albuquerque. Mas este, ciente da manobra, ofendido pelo monge que se negara a atender um seu convite, conseguiu, com o seu inegável poderio político, uma força policial de 40 homens comandados pelo capitão Januario Corte e (força do prestígio!) acompanhada pelo próprio Chefe de Polícia, dr. Salvio Gonzaga. Com diplomacia e habilidade, conseguiu Salvio Gonzaga a dissolução do ajuntamento, fazendo com que o monge abandonasse o Estado. — Muito irritado, resolveu Miguel Lucena (José Maria) ir procurar Miguel Fabricio das Neves, no Irani, seu velho amigo desde os tempos em que estivera em Palmas, no Paraná, onde fora preso, acusado de sedução. Acompanhou-o um grupo de mais de 30 homens, entre eles Praxedes, Cirino Chato, Francisco Paes de Farias, Antonio Ferreira dos Santos e Guilherme Paes de Farias.

Quando chegaram ao Faxinal dos Fabricios, formou-se logo um grande ajuntamento de crentes e curiosos, para consultar, ver e ouvir o monge. Semelhantemente ao que acontecera em Santa Catarina, mas desta vez motivado "pela invasão do Estado por catarinenses que também queriam fazer valer o seu *uti-possiditis*", o Governo do Paraná movimentou uma poderosa força policial de 400 homens, sob o comando do capitão João Gualberto Gomes de Sá Filho, também acompanhado pelo próprio Chefe de Polícia, dr. Manoel Bernadino Vieira Cavalcante Filho. Enquanto este se dirigia com o grosso da tropa para a cidade de Palmas, João Gualberto demandou o Irani. Recusou a proposta do monge que lhe pedia permissão para se retirar para Mato Grosso. Tinha prometido, em Curitiba, levar os catarinenses manietados e, para isso, já comprara as cordas em Porto União. A 22 de outubro de 1912, contra a opinião sensata de Domingos Soares, Prefeito de Palmas, que esperava uma solução pacífica, com 82 homens, avançou sobre o Irani. Mas o monge e seu grupo defenderam-se. Engasga a metralhadora Maxim 1908, morrem José Maria, João Gualberto, 10 sol-

dados, 11 fanáticos; perdem-se a metralhadora com 4 fitas carregadas, 3000 cartuchos, 40 carabinas e 30 alças para amarrar coboclos.

Esse foi o primeiro grande erro, fruto da vaidosa teimosia de um jovem, brilhante e futuroso oficial, que se apegou a uma promessa inconsiderada, sacrificando-se inutilmente e deixando plantada com os seus mortos a semente dos episódios sangrentos do futuro. A ele se aplica o grão de ouro da sabedoria popular latina "Qui Deus vult perdere, prius dementat". — Se houvesse sido facilitada ao monge a sua retirada para Mato Grosso, é permitido supor que não tivesse sido escrita a triste página da Campanha do Contestado.

x x x

Quando chegou ao município de Curitiba a notícia do combate do Irani e da morte de José Maria e de João Gualberto trazida pelos remanescentes que regressaram, alguns deles feridos, como Praxedes Gomes Damasceno e Cirino Chato, muitos dos que acamparam com o monge trataram de desaparecer, temendo alguma ação policial. Eusébio enfurnou-se nos matos de Pedras Brancas.

Ao mesmo tempo, começou a correr a notícia de que o monge previra a sua morte e anunciara a sua ressurreição em companhia dos outros 11 irmãos que se passaram, afirmando que voltaria trazendo consigo o Exército do Céu para combater os peludos e pés-redondos.

Mas, como tudo se acalmasse, Eusébio regressou para sua fazenda e continuou nas suas lidas. Não esquecia o monge. Diariamente faziam as suas orações, rezando para ele, cuja ressurreição era assunto obrigatório das suas palestras em casa e com os vizinhos. Por todo o planalto também corria a mesma notícia. Alfredo de Oliveira Lemos afirmou ter ouvido de Tomaz Alves da Rocha, filho de Assumpção: — "O Senhor José Maria morreu no primeiro combate conforme ele tinha dito, mas no dia em que completar o ano ele voltara com o Exército de São Sebastião." (Queiroz. Messianismo: 119).

Essas palestras impressionaram a fêrvida imaginação de Teodora, menina de 11 anos, neta de Eusébio, orfã de mãe e filha de Leovegildo Alves de Oliveira. Ela e sua companheirinha Durvalina, da mesma idade, tinham dormido nos braços de José Maria. Sua imaginação infantil, alimentada pelas rezas rituais e pelas conversas, devido à possível tara neúrotica herdada da avó, por alucinação ou mediunidade, ou por qualquer outra causa, começou a ter visões, declarando "ver" José Maria, em companhia de duas outras pessoas, com o qual conversava. Pensamos que não tenha sido velhacada da menina, conforme a suposição de nhô Chico, o velho riograndense, sem papas na língua, hóspede de Eusébio, e que receitou uma boa dose de vara de marmelo para acabar com as "visagens". Mas Eusébio tinha a sua crença arraigada: ele e os outros não podiam ver o santo monge porque eram pecadores; essa graça é concedida por Deus às crianças puras e inocentes. Tanto que, quando recebeu, através da menina, a ordem para estabelecer outro acampamento em Taquaruçu, devendo abandonar a casa dentro de três dias, deixando as portas abertas e sem olhar para traz, cumpriu à risca, tendo até deixado quinze terneiros fechados no curral, que os vizinhos soltaram quando já tinham morrido três.

Quarenta e dois anos depois, em 1954, procurada por pessoas interessadas na reconstituição dos fatos obscuros do movimento, Teodora negou as suas visões, declarando que era instruída pelos velhos para assim proceder. Mas, para quem conheceu a lisura e honradez de Eusébio, tal afirmação é absolutamente improcedente. Também as irmãs Katie e Margaret Fox, que residiram na casa mal assombrada de Hydesville, cujos acontecimentos originaram o kardecismo, afirmaram, em 1888, que todas as suas histórias da puerícia e adolescência eram mentiras e fraudes, embora em 1892 se tivessem retratado dessa afirmação. (R. Amadou. Os Grandes Mediuns pág. 31).

x x x

Chegados a Taquaruçu a 1º de dezembro de 1913, Manuel, filho de Eusébio, começou também a ter visões e, por influência materna, passou a comandar o acampamento. Manuel tinha 18 anos e era um neurótico e retardado, pois herdara em maior grau a tara materna. Teve, certa noite, um ataque de catalepsia ou morte aparente. Procediam ao seu velório quando despertou do letargo, sentou-se na mesa e perguntou por que o tinham posto ali, que não tinha morrido, que tinha ido ao Céu falar com o Senhor José Maria e fez uma alocução patética seguida de um choro convulsivo. O fenômeno, como é evidente, impressionou profundamente todo o acampamento. Passou a dormir com três donzelas, invocando ordens recebidas de José Maria, mas ao fim de alguns dias verificou-se que seduzira todas. A moral no acampamento era muito rígida. O respeito às famílias, inclusive dos inimigos, era lei. O ultraje à mulher era até passível da pena de morte. (Queiroz. Messianismo: 216).

Manuel foi imediatamente destituído do comando, sendo substituído por seu sobrinho Joaquim Ferreira dos Passos, menino de 11 anos, filho de Maria, neto de Eusébio, que condenou seu tio Manuel a uma surra de vara de marmelo, como castigo ao delito cometido.

Este menino comandou brilhantemente a defesa do reduto a 29 de dezembro de 1913, no primeiro ataque a Taquaruçu. Depois do combate, Joaquim predisse: "Amanhã vem outra força e bombardeia tudo aqui." E determinou que o arraial fosse transferido para Caraguatá. Efetuada a mudança, permaneceram em Taquaruçu uns poucos homens que duvidavam da predição e mais de 600 mulheres e crianças, pois, como respeitavam as famílias até dos próprios inimigos, não acreditavam que as forças federais fossem capazes de bombardeá-las, além do que, tinham recebido a visita do parlamentar Correia Defreitas que seguira para Caraguatá. Mas, contra todas essas expectativas, houve o segundo grande erro: o sangrento bombardeio de Taquaruçu a 8 de fevereiro de 1914.

O bombardeio de Taquaruçu apagou o aspeto místico religioso do movimento, Eusébio perdeu o prestígio e, possivelmente, a sua fé no monge foi rudemente abalada. Joaquim foi destituído em Caraguatá e substituído pela vidente Maria Rosa. A adesão de Elias Moraes modificou os quadros do comando e deu nova orientação ao movimento. Com a mudança do arraial para Pedras Brancas, Maria Rosa foi coagida a transferir o comando a Francisco Alonso de Souza. Com ela terminou nos redutos, o ciclo dos comandos hierocráticos. Foi a última virgem vidente,

a Joana D'Arc cãbocla do triste episódio bélico, presente a todos os combates e morta com bravura, de arma em punho, no passo do Caçador. — Mais tarde Adeodato sentiu a necessidade do papel aliciante e disciplinador do misticismo religioso, tentando, sem êxito, reconstitui-lo com virgens e entidades carismáticas. Mas teve contra si o terror que espalhou e a fome que grassava.

x x x

Agora se compreende a razão pela qual Eusébio Ferreira dos Santos, cidadão de bons costumes, honrado, virtuoso e economicamente independente, envolveu-se e emaranhou-se de tal forma no movimento fanático. A saúde de sua família, com especialidade da sua mulher Querubina, fizeram-no procurar os benzimentos e as rezas dos monges. Querubina, neurótica, epiléptica, dominadora e de mau gênio, levou toda a sua família à destruição.

Episódio típico do temperamento mórbido de Querubina deu-se a 8 de dezembro de 1913, quando votou pela emasculação de frei Rogério que estava no acampamento como parlamentar.

Eusébio foi assassinado friamente, no paiol dos Sales, em Cachoeira, pelo sanguinário Adeodato, em janeiro de 1916.

Vencido o reduto de Santa Maria em abril do mesmo ano, as forças federais recolheram nele crianças, mulheres, velhos e doentes. Foram levados para Porto da União, mandando o general Setembrino que as crianças fossem entregues às famílias que desejassem criá-las. Muitas delas foram levadas pelos próprios oficiais.

Querubina estava entre os recolhidos em Santa Maria, mas completamente louca. Quando a vi pela última vez, tinha os cabelos grisalhos esfarrapados, o olhar esgazeado, pronunciava palavras sem nexos, não reconhecia mais ninguém, e a sua natural magreza tinha se acentuado pelos trabalhos, sofrimentos, doença, miséria e fome. Alguns dias mais tarde soube que tinha falecido. Paz ao seu espírito.



BLUMENAU EM CADERNOS

Fundação de J. Ferreira da Silva

Orgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

Propriedade da FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU

IMPRESSO EM OFICINAS PRÓPRIAS

Direção: F. C. Allende

Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 20,00

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425
89.100 BLUMENAU — Santa Catarina — BRASIL

Escritura da Venda de Um Escravo

Por gentileza do Senhor Benjamim Margarida, primeiro Tabelião de Notas da Comarca de Blumenau, transcrevemos abaixo, a escritura da venda de um escravo, realizada em 1882 em Blumenau.

CERTIDÃO

BENJAMIM MARGARIDA, 1º Tabelião de Notas da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc...

CERTIFICO e dou fé que revendo em meu cartório e arquivo, a pedido verbal de parte interessada, o livro de Notas nº 13, às folhas 16 à 17, encontrei lavrada uma escriptura de venda d'um escravo, cujo teor é o seguinte: —

Escriptura de venda d'um escravo de nome Camillo que a Pedro Wagner faz Donna Alexandrina Maria da Conceição pela quantia de seiscentos milreis, na forma abaixo: —

S A I B A M quantos este público instrumento de escriptura de venda virem, que sendo no Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus - Chrysto de mil oitocentos e oitenta e dois aos treize dias do mes de Maio, do dito anno, nesta Freguezia São Paulo de Blumenau, em cartório comparecerão presentes partes havidas e contractadas, como vendedora Donna Alexandrina Maria da Conceição representada por seu bastante procurador Polydorio Dias de Moura, que por isso exhibio a divida e legal procuração feita pelo Tabelião Tavares da Cidade de Itajahy, no Livro de Notas Numero vinte folhas vinte e nove verso, e como comprador, Pedro Wagner, morador d'este districto reconhecidos pelos próprios do que dou fé. E pelo mesmo procurador da vendedora foi dito, em presença de duas testemunhas abaixo nomeadas e assignadas, que a Donna Alexandrina Maria da Conceição é senhora e possuidora de um escravo de nome Camillo, solteiro, cor parda, natural d'esta provincia, lavrador de quarenta annos de Idade mais ou menos, e por que o possui livre e dezimbaraçado de qualquer penhora ou hypotheca, com todos os seus achaques novos e velhos, vende como de facto vendido tem, de hoje para sempre por meio D'esta ao comprador Pedro Wagner, por preço da quantia de seiscentos milreis RS 600\$000, o que lhe foi entregue pelo Dito comprador em moeda corrente D'este Imperio, pelo que lhe dava plena e geral quitação de pago e satisfeito para mais em tempo algum lhe não ser pedida por si e nem por seus herdeiros; E que toda a posse, domínio e senhorio, que no dito escravo tem tido todo cede e trepassa para a pessoa do comprador, que o gozará como seu que fica sendo por bem d'esta. E pelo comprador foi dito que aceitava esta escriptura de venda a elle feita, e desde ja cedava por empossado do

referido escravo Camillo. Pagou o comprador a siza na Collectoria das Rendas provinciaes como consta de Certidão do teor seguinte — Guido von Seckendorff, Escrivão interno das rendas provinciaes de Blumenau, Certifico que o Senhor Pedro Wagner pagou hoje nésta Collectoria a quantia de quarenta milreis de siza pela compra a Polydorio Dias de Moura, procurador de Donna Alexandrina Maria da Conceição do Escravo Camillo. Collectoria das rendas provinciaes de Blumenau, treize de Maio de mil oitocentos e oitenta e dois. Guido von Seckendorff. E de como assim o disserão, outorgarão e prometterão cumprir e guardar pediram a mim Escrivão lhes fizesse esta escriptura em meu livro de notas; O que fiz por me cumprir e de tudo dou fé; E como pessoa publica stipulo e aceito em nome dos outorgantes e de quem mais o deva ser aos quaes esta li e por acharem como outorgado, havião, assignarão todos com as testemunhas presentes Ricardo Vogs e Hermann Baumgarten, meus conhecidos. Augusto Gloeden Junior, Escrivão de Paz e escrevi e assigno em público e raso. — Em testemunha (Sinal da Cruz, da verdade. — O Escrivão de Paz Augusto Gloeden Junior, Polydorio Dias de Moura, Pedro Wagner, R. Voigt, Hermann Baumgarten. “NADA MAIS NEM MENOS SE CONTINHA” em a referida escriptura da qual bem e fielmente fiz extrair a presente certidão, reportando-me ao original em o citado livro em meu poder e cartório, do que dou fé.

Eu, Benjamin Margarida, Tabelião, que a fiz datilografar, dou fé, subscrevo e assino em público e raso. —

Em test^o da verdade

Blumenau, 14 de junho de 1974

Benjamin Margarida

Tabelião

NOTA DA REDAÇÃO: Como é sabido, o Dr. Blumenau, não admitia a existencia de escravos em sua Colonia. Pedro Wagner que já residia em Blumenau, antes da chegada do fundador da cidade, possuia alguns escravos e, a compra de mais um feita por Pedro Wagner, foi realizada, na ausencia do Dr. Blumenau. Consta que houve um atrito entre Pedro Wagner e o Dr. Blumenau tão logo este, no seu regresso da viagem, tomou conhecimento da transação realizada.



A VOZ DA HISTÓRIA - Wenceslau Muniz:

Recebemos e agradecemos a remessa de um exemplar do opusculo, que traz em seu bojo interessante pesquisa sobre o sobrenome MUNIZ cujos descendentes ocupam cargos relevantes em nosso país.

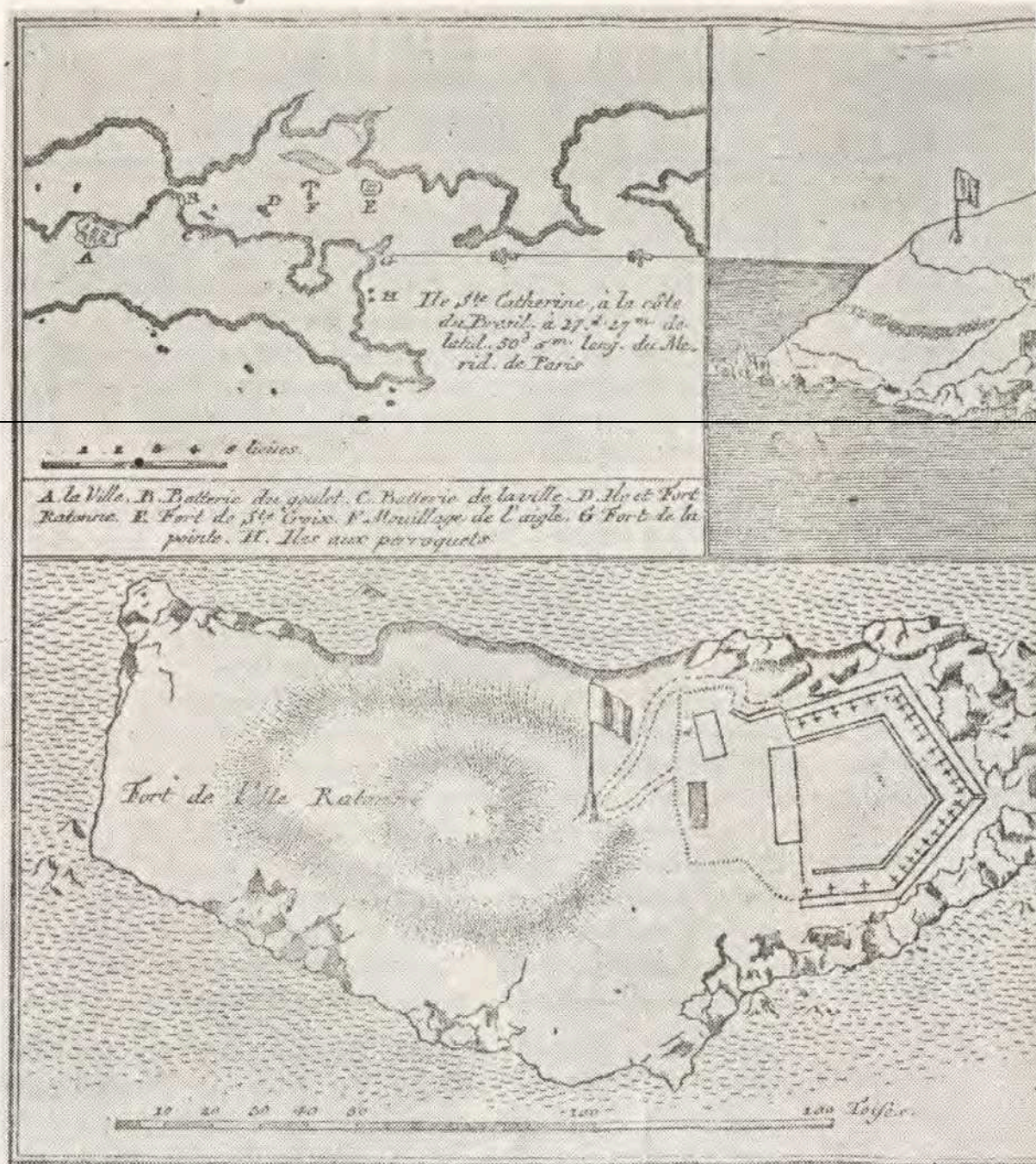
Bibliófilos e Bibliógrafos (III)

OSWALDO R. CABRAL

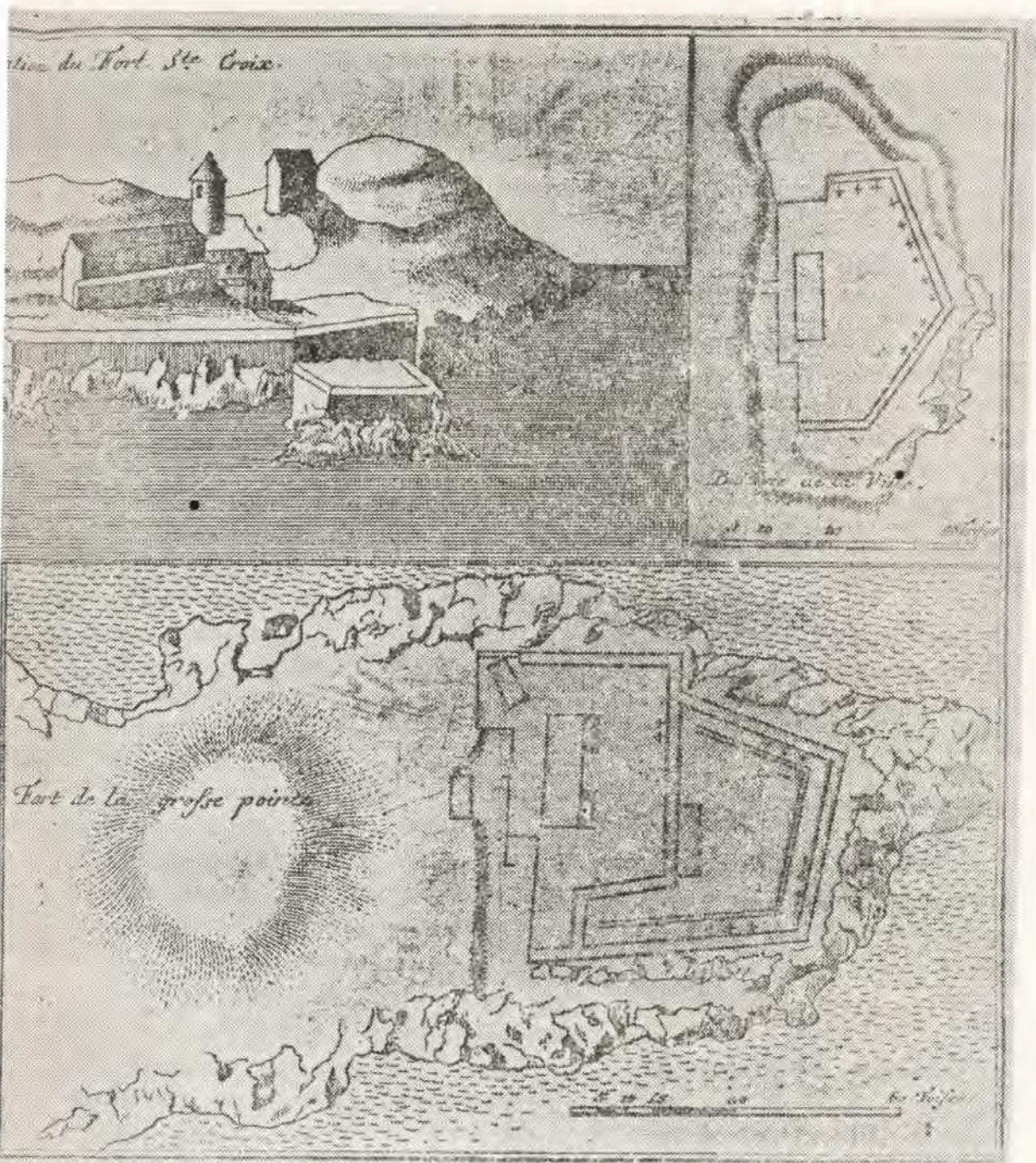
Em 1769 — há duzentos e cinco anos, portanto — aparecia na França uma curiosa “Histoire d’un Voyage aux Isles Malvines fait em 1763 et 1764 avec des observations sur le détroit de Magellan et sur les patagons” — de autoria do Abade Dom Antoine Joseph de Pernetty, que participara da viagem empreendida àqueles desconhecidos e exóticos lugares da longínqua América como capelão do *Aigle*, um dos navios da expedição de Bougainville às Malvinas. •

• Bougainville largou de Saint Servan a 1º de setembro de 1763 e quase três meses depois, isto é, a 29 de novembro, aportava a Santa Catarina e, com o que viu e observou na Ilha e na vila do Destêrro, Dom Pernetty “encheu umas cem páginas — e o seu depoimento sobre esta zona brasileira é de real valor pela abundância e antiguidade dos pormenores” — conforme conta o nosso ilustre conterrâneo Afonso de Taunay em “Santa Catarina nos Anos Primevos”. Com efeito, Taunay resumiu na sua citada monografia, valiosa por muitos motivos, as impressões do Reverendo Abade, que não gozava, aliás de boa fama quanto à veracidade do que por vezes afirmava, em 26 páginas bastante pitorescas e que foram, até bem pouco tempo, as únicas referências feitas à obra do eclesiástico francês — tanto assim que foram elas sempre citadas, por quantos se sentiram na obrigação de descrever a nossa terra naqueles longínquos anos, de terceira mão, através do resumo do insigne historiador conterrâneo.

Pois Carlos Ficker — que me noticiava ter também conseguido adquirir a primeira edição do livro de Bougainville relativo à expedição, conseguiu adquirir em Buenos Aires, os dois volumes da obra de D. Pernetty, contando-me, em carta datada de abril deste ano, pouco antes da viagem que empreenderia à Europa e da qual não voltaria, fulminado em sua própria pátria, que, no segundo volume, havia umas gravuras dos fortes da Ilha de Santa Catarina, entre 18 outras pranchas. Tais gravuras Taunay não se preocupou em incluir na sua monografia, publicada em uma época em que não eram muito fáceis as reproduções em



Vista geral dos fortes catarinenses



na cidade de Desterro (Florianópolis)

clichês — e são elas, as dos fortes catarinenses, as que ilustram este artigo.

Dizia-me, então o saudoso confrade e amigo: "o texto em francês é maravilhoso e muito mais interessante que o resumo traduzido por Taunay" — o que não é de duvidar, pois este não traduziu, apenas, mas resumiu, enquanto Ficker pôde, no original, apreciar a linguagem viva do Autor, tanto mais viva quanto mais a sua fantasia coloria e que observara (ou dizia ter observado...) em nossa terra.

A gravura, ausente da obra de Taunay, como se disse, contém cinco partes, sendo a primeira uma planta, bastante tosca, da ilha de Santa Catarina, com a localização não muito precisa da vila do Destêrro que, a ficar onde ele a situou, estaria lá para os lados do Saco dos Limões. Mas, assinala a posição dos diferentes defesas da Ilha no lugar preciso, mostrando, ainda, o lugar da ancoragem do *Aigle*, nas proximidades dos baixios de São Miguel.

A segunda é uma vista do forte de Santa Cruz, na ilha de Anhatomirim, tomada de onde fundeou o *Aigle* e de onde D. Pernetty, ou o seu desenhista, vislumbrou a fortaleza durante os dias da sua estada na nossa baía do norte. Não é muito fiel, nem corresponde às plantas autênticas que foram por nós publicadas e cujos originais nos foram enviados pelo Ministério do Exército de Portugal (Vide — Cabral — *As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Ed. de Cons^o Federal de Cultura, 1972). Há uma torre da Capela da Fortaleza que mais parece um silo e outras construções que não correspondem às plantas autênticas.

As três outras plantas são dos fortes de Sant'Ana, atualmente reconstruída pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, depois de muita luta, e onde será instalado o Museu de Armas do Estado. A planta não é, também, muito fiel, mas assinala a posição dos seus 12 canhões, destinados à defesa do estreito entre a Ilha e o continente, e a do forte de Santo Antônio dos Ratoes, numa das ilhotas desse nome; e finalmente, a do forte de São José da Ponta Grossa, na ilha, hoje ambos em ruínas mas, então, assinalados com os seus 28 canhões, o primeiro e 11 peças, o segundo.

Não sabemos se as outras gravuras são, ainda de Santa Catarina, mas acreditamos que não o sejam, pois Ficker nô-las

teria mandado para os nossos documentários, como sempre fazia, colaborando com satisfação nas nossas pesquisas. E mesmo porque não seria concebível que da extensa viagem só tivesse D. Pernetty interêsse em registrar os aspectos catarinenses, com tantos outros não menos interessantes e não menos exóticos a gravar... De qualquer maneira, como se vê, os viajantes estrangeiros, mesmo quando viajavam como capelães e descreviam terras exóticas nas suas andanças, não descuidavam de anotar cuidadosamente os seus pontos fortificados e a qualidade do seu poderio bélico. Este poderia servir às suas pátrias, num tempo em que não havia um Intelligence Service organizado e qualquer bom cidadão cuidava de integrar a "5ª coluna" de então, para bem servir ao seu país. As querelas entre as nações eram frequentes, na disputa do mundo conhecido, e principalmente do desconhecido, sobretudo quando mal defendido...

• Vivesse, ainda, o inteligente bibliófilo que foi Carlos Ficker e, a estas horas lhe estaríamos a obter-lhe a permissão para traduzir, na íntegra, a centena de páginas deixadas pelo Abade Pernetty a respeito de Santa Catarina.



ALTRUISMO

A. Cardoso

É possível que bem poucos dos habitantes do Alto Vale saibam com que meios foi começada a construção do Hospital Cruzeiro, de Rio do Sul, e talvez, por esse motivo, também o nome do doador destes recursos até hoje não ficou perpetuado, iniciativa esta que desconheço a quem caberia.

É muito justo que pessoas que se salientaram no seu campo de ação, como sejam: educadores, ou autoridades que bem aplicaram o dinheiro dos cofres públicos, etc., isto é, cumpriram seu dever, tenham seus nomes imortalizados em educandários, nomes de ruas, praças, etc.

Otto Schoenichen que, antes de falecer, doara seus bens à Comunidade Evangélica para a construção de um hospital em Rio do Sul, fez algo mais do que cumprir com o seu dever.

Desde o começo deste século até 20 de julho de 1918 — quando faleceu — morava este filantropo no atual Bairro da Barragem onde mantinha boas relações de amizade com os índios.

Como em outros casos também neste, deveríamos ligar a História à Educação pois deixar cair no esquecimento o seu nome e seu nobre ato, significaria um menosprezo ao altruísmo — o amor ao próximo — e, além disso, sabemos que o exemplo é poderoso fator na educação.

ALMIRANTE ARMIN ZIMMERMANN VISITA A CIDADE QUE LHE FOI BERÇO

Blumenau recebeu no dia 21 de novembro a visita do Almirante Armin Zimmermann, chefe das Forças Armadas da República Federal da Alemanha, tendo nascido em Blumenau, aos 23 de novembro de 1917. A visita do Almirante Zimmermann a Blumenau se reveste de grande importância para a cidade. O conceituado chefe militar alemão, viveu em Blumenau os primeiros anos de sua infância. Seu pai, senhor Erich Zimmermann, era professor da Escola Alemã, (hoje Colégio Dom Pedro II) casado com dona Jeny Altenburg, filha de Luiz Altenburg e de dona Clara Altenburg todos brasileiros, nascidos em Blumenau.

A família Zimmermann foi para a Alemanha em 1927, ficando no Brasil apenas o sr. Julius Zimmermann, que hoje é o presidente da Câmara Teuto-Brasileira de Comércio, com sede em São Paulo.

Em 1937 o jovem Armin Zimmermann entrou para a Marinha de Guerra alemã, sendo promovido a tenente, pouco depois do início da segunda guerra mundial. No término do conflito, Armin Zimmermann já ocupava o posto de capitão de corveta. Em 1957 até 1960, foi adido militar em Londres e Dublin. De 1962 a 1963, já como comandante da Divisão de Caça-minas, aceitou um comando no Quartel General da OTAN.

Como vice-almirante assumiu então o comando da Marinha da República Federal da Alemanha. Em 1972, foi promovido a Almirante.

É pois, para Blumenau, uma grande honra, ter um de seus filhos, ocupando tão alto cargo, razão pela qual foi carinhosamente recebido pelos blumenauenses.



As Enchentes no Vale do Itajaí

J. FERREIRA DA SILVA

- III -

1868 (Novembro)

Entretanto, em novembro verificou-se outra cheia de bem maiores proporções. Deu-se a 27/28 daquele mês. O relatório do fundador descreve-a assim: “Depois de chuvas torrenciais, deu-se uma enchente do Itajaí a 27 de novembro, tendo causado grandes prejuízos aos colonos e à administração. Plantações foram destruídas e igualmente pontes e canais, interrompendo o trânsito da sede com o interior.” Não temos elementos para avaliar o nível a que chegaram as águas. Mas, para causar grandes prejuízos, deveria ter alcançado, pelo menos, a cota dos nove metros.

1869

O “Diário da Colônia” assinala, sem qualquer outra referência, uma enchente no domingo, segunda e terça-feira, dias 20, 21 e 22 de junho de 1869.

1870

Já o Relatório de 1870 consigna uma grande enchente a 11 de outubro, em consequência de chuvas continuadas. Vários pontos da Colônia ficaram submersos. As águas subiram além de 10 metros acima do nível normal. Faltam dados mais precisos. O Relatório diz textualmente: “O mês de outubro trouxe chuvas diluviais que causaram uma grande e excessivamente prolongada enchente, seguindo imediatamente a estes, frios e chuvas, grande calor e excessiva sêca...”

1871

O “Diário da Colônia” consigna: “Setembro; mês chuvoso com pequenas enchentes”, sem outros detalhes.

1875

Dos documentos compulsados, existentes no Arquivo

Histórico, não há notícias de enchentes neste ano. Entretanto, narrando a viagem em que, nesse ano, veio a Blumenau, a bordo do vapor "S. Lourenço", comandado por seu pai, o notável escritor catarinense Virgílio Várzea, publicou no "Correio Paulistano", em 1919, um artigo de que reproduzimos o seguinte: "Era num dia remoto de 1875, a bordo do "São Lourenço" ao ancoradouro de Gaspar.

Chovera torrencialmente toda a semana até a antevéspera. O rio ia ameaçadora e medonhamente correntoso e avolumara extraordinariamente as suas águas, subindo do nível cerca de dez metros.

Toda a sua superfície comumente escura, mas de uma transparência cristalina aos baixios e coroas, apresentava-se toldada, turva, barrenta, de uma cor ocre escura. A graciosa ilha da Figueira Grande desaparecera sob a entumescida e sinuosa faixa fluvial, deixando, apenas, de fora o imenso símbolo rendilhado de sua velha árvore, que eu vira dantes — basílica soberba de verdura — elevando, triunfalmente, festivamente, ao Azul os cânticos e hinos arrebatadores dos passarinhos felizes, mas ainda assim naufraga semi-morta, sem assistência e socorro possíveis, mas ainda assim amada e beijada marulhosamente pelas espumantes e roladoras ondinhas do rio. As barrancas de um e outro lado pareciam sumidas, enterradas, afogadas na longa toalha líquida, como um vasto e perfeito curso de planície.

A água, felizmente, parara de subir a noite anterior, tranquilizando assim as pobres populações ribeirinhas, já em sobressalto e angústia no terror de uma daquelas inundações que de longe em longe, flagelam e devastam aniquiladoramente vidas e plantações, em todo esse rico e fecundo Vale do Itajaí".

1880

Nesse ano, a 4 de fevereiro de 1880, a Lei Provincial nº 860 criou o Município de Blumenau, elevando a sua sede à categoria de Vila. E, enquanto se faziam os preparativos para a eleição dos Vereadores e a instalação da Câmara Municipal, cujo presidente seria o executor das decisões desta, sobreveio a maior enchente do Itajaí Açu de que se tem registrado.

Sobre essa enorme catástrofe, ocorrida de 22 a 26 de setembro, o Presidente da Província, Dr. João Rodrigues Chaves em sua "Falla" à Assembléia Provincial, faz um relato porme-

norizado que, por representar a palavra oficial e a exatidão dos dados colhidos (1), convém seja aqui integralmente reproduzida: “Em consequências de chuvas torrenciais e abundantes, que caíram durante 6 dias consecutivos, elevaram-se as águas do rio Itajaí Açu e seus afluentes a um nível, que excedeu a



Efeitos das periódicas enchentes em Blumenau

todas as previsões e inundaram rápida e impetuosamente todo o grande Vale, em que se demoram as florecentes cidades e colônia do mesmo nome, a de Blumenau; o núcleo colonial de Luiz Alves, e o povoado e freguezia de São Pedro Apóstolo de Gaspar, causando graves danos e muitas perdas de vidas. Estradas, pontes de grande valor, habitações, engenhos, todas as plantações, fundadas nesses férteis municípios e nos de Tijucas e Tubarão, onde também se fez sentir essa calamidade, pelo aluvião de outros rios, tudo foi destruído, sendo ainda desconhecido e incalculável o prejuízo. Logo que chegaram ao meu conhecimento as primeiras notícias desses desastres, tomei todas as providências ao meu alcance para minorar os seus deploráveis efeitos e suavizar os sofrimentos dos infelizes habitantes

(1) *Dados mais precisos asseguram que as águas subiram ao nível de 15 metros, o mais alto até agora atingido em outras cheias.*

daqueles lugares, enviando-lhes os socorros de alimentação, que eram mais urgentes, e nomeando comissões de pessoas honestas, para distribuí-los, exigindo, que prontamente me informassem do que mais fôsse necessário, para que nada lhes faltasse. Poucos dias depois, dolorosamente impressionado pelo infortúnio de tantas vítimas, fui pessoalmente à cidade de Itajaí e em seguida à colônia Blumenau, únicos pontos a que me foi possível chegar, examinar a extensão desses males, e prover, por mim mesmo, a todas as necessidades de ocasião, levando ainda novos auxílios em dinheiro e gêneros alimentícios, que fiz distribuir, por aqueles que o mereciam. Por toda a parte, habitações em ruínas, lavouras devastadas, a fome, a nudez, a miséria e as queixas dos pobres e mesmo daqueles, que pouco antes eram relativamente abastados e felizes, comoveram-me profundamente e fizeram-me compreender quão nobre, providente e benéfica deve ser a missão do governo antes essas grandes calamidades públicas. Na sede da Colônia Blumenau somente as duas igrejas que ficaram justamente nos pontos extremos e mais elevados não foram atingidas pelas águas, que subiram mais de doze metros acima do nível ordinário do rio e inundaram com incrível rapidez as habitações, inutilizando móveis e gêneros e fazendas existentes nas casas comerciais, de que quase nada se salvou. Os habitantes eram obrigados a sair pelo teto das casas, salvando-se em um pequeno vapor e algumas canoas, que ali os iam receber. Sem esse auxílio, teriam perecido muitas pessoas. Nas colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro não foram menores os estragos, nem menos aflitivo o terror dos habitantes. Em frente à cidade de Itajaí o embate das ondas durante o temporal rompeu e fez desaparecer um pontal de areia que, alongando-se para o sul, defendia a cidade da invasão do mar, ao mesmo tempo que um rio, que lhe corre próximo, saindo do seu leito, despejava suas águas sobre a cidade, cavando em muitas das ruas grandes valas, pelas quais se lançava ao mar, ficando destruídas cerca de 50 casas e muitas famílias sem abrigo.

Ordenei que fossem prontamente construídas obras de arte, indispensáveis para evitar a continuação dos desmoronamentos das casas e destruição da cidade mandando aterrar essas valas e opor estacas de madeira à invasão das águas do mar. Desse importante serviço encarreguei o distinto e probo engenheiro Dr. Pedro Luis Taulois, auxiliado pelo agrimensor Carlos Moreira de Abreu. Esses trabalhos feitos por conta dos

cofres gerais têm tido o conveniente andamento, estando mesmo a concluir-se. São porém obras apenas provisórias e urgentes para acautelar maiores estragos naquela cidade. Para sua inteira segurança são precisos trabalhos que custarão somas avultadas e para cuja realização aguardo autorização, que soli-



Um apanhado de uma das ultimas enchentes em Blumenau

citei do Governo Imperial. Vou abrir a vossos olhos o quadro triste dessas desgraças. Na colônia Itajaí, pereceram, nessa inundação, 3 adultos; em Blumenau, 11 pessoas, adultos e crianças; em Luiz Alves, 25 pessoas, maiores e crianças; em Tubarão 2 adultos e em Tijucas um. Como vedes, foi no núcleo colonial de Luiz Alves, recentemente extinto, e cujos habitantes acham-se como que segregados de todas as relações sociais, sem recursos, sem estradas, para se comunicarem com os outros povoados, que sucumbiu maior número de vítimas. Enviei logo para esse lugar o inteligente e ativo 2º escriturário da alfândega, Júlio Augusto Silveira de Souza e o prestimoso alferes Artur Cavalcanti do Livramento, com alguns praças, levando a missão de distribuir socorros e dar asilo e amparo, que era urgente, àqueles que tendo perdido seus pais, sofriam todas as privações da extrema miséria. São notáveis e dignos de louvor os serviços prestados então por esses dois funcionários. Vencendo

os maiores embaraços e perigos, subiram eles o rio Luiz Alves, em que não havia ainda abaixado o aluvião, em pequenas canoas carregadas, tendo em quase todo o trajeto de quatro léguas, de abrir, com seus próprios esforços, caminho entre os destroços e troncos de árvores que obstruíam o rio. Cumpriram bem sua incumbência, distribuindo caridosamente e com escrupulosa regularidade os socorros, que lhes foram confiados, e abrindo uma estrada do povoado ao pôrto do salto, aproveitando o trabalho dos colonos e dando-lhes somente o recurso da alimentação nos dias em que trabalhavam. As comissões de socorros, que nomeei, compunham-se dos seguintes nomes: na Cidade de Itajaí, Tenente-Coronel Antônio Pereira Liberato, Vigário João Rodrigues de Almeida, Presidente da Câmara Municipal, Guilherme Asseburg, Delegado de Polícia, José Pereira Liberato, Administrador das Mesas de Rendas, Joaquim Domingues da Natividade e Sub-delegado de Polícia, Gregório Joaquim Coelho. O cidadão Nicolau Malburg não aceitou a nomeação para membro dessa Comissão. Colônia Blumenau: Dr. Frederico Mueller, Dr. Hermann Blumenau, Júlio Baumgarten. Nas colônias Itajaí e Príncipe D. Pedro a distribuição de socorros esteve exclusivamente confiada ao seu digno diretor, Dr. Benjamim Franklin de Albuquerque. Freguezia de São Pedro Apóstolo de Gaspar: Sub-delegado, José Joaquim Gomes, Jacó Luiz Zimmermann, Luiz Altenburg. Vila de Tijucas: Francisco José dos Prazeres, João de Castro Gandra, João Silvério de Amorim, José Joaquim Gomes e Felipe Schmidt. Freguezia de São João Batista: Tenente-Coronel Henrique Carlos Boiteux, Elizeu Faustino do Nascimento, Manoel Santiago de Oliveira. Vila do Tubarão: Dr. Juiz de Direito, José Ferreira de Melo, Dr. Juiz Municipal, Matias Joaquim da Gama e Silva, Jacinto Duarte de Oliveira, Antônio Antunes de Souza e Simeão Joaquim Veloso.

Todas essas comissões corresponderam à minha confiança, satisfazendo a sua caridosa missão com zêlo e solicitude e são dignas da minha e da vossa gratidão. Convenço-me de que são defectivos os dados que vou enumerar em relação aos prejuízos causados por essa imprevista calamidade. Se quanto a alguns pontos vos parecer que há exageração nas indicações recebidas, deveis lembrar-vos de que em outros, nem todos os prejuízos são indicados, nem os que o foram corresponderão a toda a exatidão. Consta das informações, existente na Secretaria do Governo, o seguinte algarismo: PREJUÍZOS: Cidade

Itajaí e circunvizinhanças: 105:910\$000; Colônia Blumenau: 237:940\$000; Colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro: 26:372\$170; Luiz Alves: 21:300\$000; Gaspar: 54:463\$500; Tijucas: 22:980\$000 e Tubarão: 14:360\$000.

Tive o mais sincero e vivo empenho, em que fossem eficazmente socorridas as vítimas desse triste e lamentável acidente, que em grande parte da Província derramou a consternação, e a miséria, e em evitar abusos e desperdícios dos dinheiros públicos. Pela verba competente do orçamento geral abri crédito na importância de 35:280\$703. dos quais foram dispendidos com socorros propriamente ditos: Na cidade de Itajaí: 6:724\$927; Blumenau: 1:637\$200; Itajaí e Príncipe Dom Pedro: 1:023\$036; Vila de Tijucas: 374\$000; São João Batista: 277\$560; Gaspar: 356\$700. A diferença de 23:556\$130 foi gasta com as obras urgentes na cidade de Itajaí. A'praz-me informar-vos que essas desgraças dos habitantes da Província de Santa Catarina, tem excitado por toda a parte os mais louváveis impulsos de caridade particular, o que revela que essa virtude é nobremente compreendida pelos brasileiros.

Por ofício da mordomia da Casa Imperial, com data de 12 de outubro, último, me foram enviados, como donativos às vítimas da inundaçãõ: 5:000\$000, sendo 4:000\$000 da parte de S. M. o Imperador e 1:000\$000 da parte de S. M. a Imperatriz, à munificência imperial devem esses infelizes o primeiro e importante auxílio, que veio oportunamente suavizar os seus sofrimentos. Uma comissão de caridosas senhoras desta capital agenciou com abnegação e penosos esforços em auxílio aos flagelados pela inundaçãõ, a quantia de 1:743\$000. Outra igual comissão da cidade de Pelotas, na Província do Rio Grande do Sul, com o mesmo destino, 2:230\$000. Outra da cidade de Rio Grande do Sul, da mesma Província, auxiliada pela officialidade do Batalhão 17º de Infantaria, 1:289\$000. Aos habitantes da nobre Província do Paraná, por iniciativa do digno e ilustre presidente, Dr. João José Pedrosa, devemos também o auxilio de 3:067\$000. Ao filantrópico Barão de Guarapuava devemos ainda a quantia que ofereceu de 2:000\$000. O exmo Sr. Conselheiro João Silveira de Souza, deputado geral por esta Província, enviou também 100\$000. Uma outra comissão da cidade de Lajes agenciou também a quantia de 609\$780. Total: 16:038\$780.

Aguardo as últimas informações que pedi sobre as necessidades de reconstruções de casas abatidas pelas águas,

para dar destino a este importante auxílio. Por mim, em nome desses infelizes, e interpretando os vossos sentimentos, dou público testemunho da mais profunda gratidão, de que me acho possuído, pela generosidade daqueles que assim concorreram espontaneamente para suavizar o seu infortúnio.”

A enchente de 1880 teve profunda repercussão em todo o país e até mesmo no exterior. Em quase todos os Estados fizeram-se subscrições e coletas em benefício dos flagelados. Escritores e poetas promoveram espetáculos e artigos lamentando o infausto acontecimento. No “Despertador”, da capital da Província, publicou estes versos do poeta Alfredo Teotônio da Costa:

Parece que, ciosa a natureza
• De haver seus bens dado com largueza
 Os quer arrebatár;
E, privando da posse os seus senhores,
Em permuta dos risos dá-lhes dores,
 Para vê-los chorar!
Tal é do Itajaí o caso triste
Que a minha rude pena ainda persiste
 Em carmes referir;
Sucesso que no novo continente
Não encontra outro igual que se apresente
 E possa competir.
Das reprêsas saindo impetuosos,
Se exendem pelo espaço, borrascosos,
 Devastadores ventos;
Negras nuvens em séquito os cortejam
E os páramos celestes já negrejam
 Em hórridos concentros.
Sem detensa condensam-se os vapores
A luz desaparece... só fulgores
Tem a feia procela!
Enormes catadupas lá se geram
E vindo sobre a terra logo operam
 A dor e a morte nela!
O gigante que então ali jazia,
Levanta-se do leito em que dormia
 E altivo o colo eleva;

(*Continua no próximo número*)

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

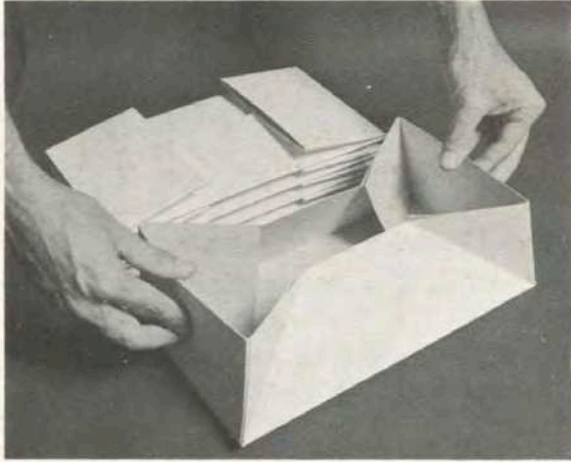
Instituída pela Lei Municipal Nº. 1835, de 7 de abril de 1972
Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº. 2028 de 4/9/74

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425
89100 B L U M E N A U Santa Catarina
Instituição de fins exclusivamente culturais

Relação das obras editadas pela Fundação "Casa Dr. Blumenau" • e "Blumenau em Cadernos"

- Charles Van Lede e a Colonização Belga em Santa Catarina*
CARLOS FICKER
- Sentido Catarinense e Brasileiro de Fritz Müller*
EVALDO PAULI
- O Esquecido Tradutor de Um Livro Raro*
Prof. OSWALDO R. CABRAL
- Atos constitucionais da Fundação "Casa Dr. Blumenau"*
Otaviano Ramos — J. FERREIRA DA SILVA
- Ligeiro Histórico e Catálogo do Museu da Família Colonial*
Revivendo o Irmão Joaquim — Prof. OSWALDO R. CABRAL
- A Primeira Comunidade Alemã em Santa Catarina*
ELZEÁRIO SCHMITT G. F. M.
- As Terras no Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drumond*
J. FERREIRA DA SILVA
- Blumenau na História Militar Brasileira*
Tnte. Cel. HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN
- Blumenau e a Revolução de 1895 — JOSÉ DEEKE*
Índigenas do Vale do Itajaí — JOSÉ DEEKE
- NO PRÉLO
As Enchentes no Vale do Itajaí — J. FERREIRA DA SILVA

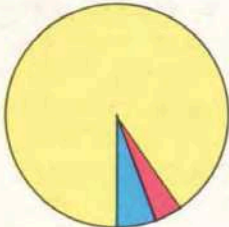
SCHNELL + VERPACKUNG =
a embalagem rápida



REVEJA SEUS CONCEITOS TRADICIONAIS A RESPEITO DA MELHOR EMBALAGEM PARA O SEU PRODUTO, POIS QUE SURTIRAM NOVIDADES.

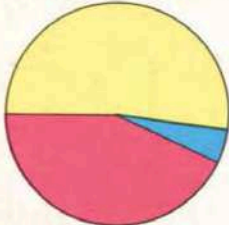
O SISTEMA DE EMBALAGENS DE ARMAÇÃO AUTOMÁTICA JÁ É MUITO DIFUNDIDO NA EUROPA, ESTADOS UNIDOS E JAPÃO; NO BRASIL NÓS SOMOS PIONEIROS E SEGURAMENTE AS EMBALAGENS "SCHNELLPACK" PODERÃO RESERVAR AGRADÁVEIS SURPRESAS PARA SUA EMPRESA.

VOLUME



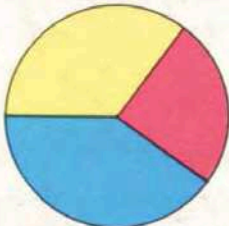
REDUÇÃO DO ESPAÇO NECESSÁRIO PARA ESTOCAGEM

PRODUTIVIDADE



ACRÉSCIMO DE PRODUTIVIDADE NO PROCESSO DE EMBALAGEM DO PRODUTO

CUSTOS



CUSTOS INFERIORES

- CXS. RÍGIDAS ARMADAS
- CXS. DESMONTÁVEIS
- CXS. NO SISTEMA "SCHNELLPACK"

PARA EFEITO DE COMPARAÇÃO, UTILIZAMOS UMA EMBALAGEM HIPOTÉTICA DE TAMPA E FUNDO COM DIMENSÕES DE 30x25x6 cm

